

Helicópteros de Ataque e Apoio Aéreo Próximo

Tenente-Coronel Manuel Ramos Veloso, Exército de Portugal

Transcrito da revista *Jornal do Exército*, de outubro de 2000

RECENTES NOTÍCIAS sobre a possibilidade de utilização de helicópteros de ataque (HA), em missões de Apoio Aéreo Próximo e a recente criação do Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE), são um bom motivo para trazer à discussão o tema do emprego dos HA pelas Forças Armadas Portuguesas.

Embora o emprego de helicópteros militares remonte à II Guerra Mundial, foi definitivamente a Guerra do Vietname que promoveu o seu desenvolvimento em missões de combate, passando de um meio de transporte para um sistema de armas com elevada capacidade de manobra e poder de fogo.

O desenvolvimento tecnológico permitiu que novas gerações de helicópteros conjugassem melhores performances com melhores, mais diversificadas e mais potentes armas — metralhadoras, foguetes, canhões e, posteriormente mísseis — aumentando o potencial de combate das unidades de manobra, dando-lhes maior velocidade, mobilidade e flexibilidade, potenciando o fogo e a manobra, independentemente do terreno.

Durante a Guerra Fria, para combater as forças blindadas do Pacto de Varsóvia, a NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) desenvolveu o conceito de helicóptero de ataque como sistema de armas de primeira linha para equipar as suas unidades de manobra, in-



Foi na Guerra do Vietname que o emprego de helicópteros em missões de combate foi promovido.

corporando nele armamento de grande alcance e precisão e dotando-o dos meios electro-electrónicos para operar durante a noite e em condições meteorológicas adversas.

Os helicópteros de ataque foram organizados em Batalhões de Helicópteros de Ataque do Exército dos EUA, sendo-lhes atribuída como missão principal fixar e destruir forças inimigas concentradas, através do poder de fogo, da mobilidade e da acção de choque. Como



[as operações de aviação do Exército . . . conduzidas pelos HA] “São mais do que um meio de apoio de fogos para destruir forças inimigas, elas são o meio adequado para controlar e dominar vastas áreas de terreno, quer pelo fogo, quer pela observação.”

missão secundária competia-lhe o reconhecimento do campo de batalha, sendo um elemento importante do sistema de informações das Divisões de Infantaria e Blindadas.

A capacidade de concentração do esforço num determinado local, em tempo oportuno, era reforçada utilizando as vantagens oferecidas pelos helicópteros de ataque em conjunto com unidades mecanizadas, fogos de Artilharia e de Aviação em Apoio Aéreo Próximo.

Na altura várias conclusões foram tiradas, sendo uma delas que o helicóptero de ataque era uma poderosa e eficaz arma anticarro quando combatia integrado em unidades de manobra terrestre, mas não era um “avião” e não o substituía. Tinha e tem algumas vulnerabilidades insuperáveis que este não apresenta, nomeadamente a baixa velocidade, pelo que necessitava do apoio de outras armas do Exército e da Força Aérea.

A queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, levaram a NATO a adequar alguns dos seus conceitos que, no caso do emprego de forças terrestres, levaram aquela aliança a preferir as pesadas unidades blindadas e mecanizadas em favor de outras, mais flexíveis e com capacidade de projecção mais rápida, para responderem à necessidade de intervir em conflitos regionais, a grande distância, com um número limitado de pessoal e de preferência capazes de se deslocarem pelos próprios meios para os teatros de operações. Esta situação con-

duziu à formação de unidades com maior mobilidade, onde o helicóptero surgiu como a arma mais adequada no novo campo de batalha, caracterizado por ser não-linear, com combates de curta duração, mas de grande intensidade e letalidade, durante 24 horas, sob quaisquer condições meteorológicas. Para combater e vencer neste novo cenário foi considerado essencial que os sistemas de armas dispusessem de grande alcance, precisão e elevada mobilidade e que estivessem associados a uma panóplia de sensores capazes de possibilitar o conhecimento em tempo real o que se passa no campo de batalha e fazer fluir a informação em vários sentidos desde os escalões mais baixos. A informação será, de resto, um importante multiplicador do potencial relativo de combate, pois se combaterá em ambiente digitalizado.

Neste contexto, como é referido por exemplo no *FM 1-100*, do Exército dos EUA, as operações de aviação do exército, nomeadamente as conduzidas pelos HA, “são mais do que um meio de apoio de fogos para destruir forças inimigas, elas são o meio adequado para controlar e dominar vastas áreas de terreno, quer pelo fogo, quer pela observação”. “Os HA, como elementos de manobra terrestre, fazem parte da equipa de armas combinadas que combate através do reconhecimento e do fogo. Estas equipas, constituídas por infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e aviação do exército, devem

(...) o Exército Português, tal como outros exércitos da NATO, considera as unidades de helicópteros como forças de manobra terrestre que só integradas nela rentabilizam as suas capacidades.



ser empregues de forma sincronizada e em simultâneo, para obter um efeito, nas forças inimigas, maior do que o que seria obtido pelo emprego de cada arma em separados.”

Seguindo estes princípios, O Exército inglês, que recentemente recebeu os primeiros HA *Apache*, criou a 16ª Brigada de Assalto Aéreo, com três regimentos. Cada regimento tem vinte e quatro helicópteros, organizados em dois esquadrões de *Apache*, um esquadrão de helicópteros ligeiros para observação e ligação, para além de helicópteros de transporte. Esta Brigada terá também elementos de infantaria, artilharia, engenharia e apoio de serviços, pois as operações são e serão cada vez mais conduzidas num contexto que obriga as forças terrestres a organizarem-se de forma modular para desenvolverem e manterem capacidade de combate em todo o espectro operacional.

Do ponto de vista histórico — Gengis Khan e Napoleão — os exércitos que conseguiram imprimir maior velocidade aos combates, foram sempre os vencedores e como assim continuará a ser, os HA têm vindo a substituir os carros de combate como arma principal da manobra, dadas as suas características de velocidade, autonomia, precisão dos sistemas e capacidade de operar independentemente do terreno. Este novo papel dos HA deu origem ao conceito de ataque aeromecanizado, que

prevê o emprego intenso de helicópteros para projectar uma força de armas combinadas.

De forma simplificada, pode-se dizer que nas operações aeromóveis uma força é colocada no terreno para posteriormente aí combater. Com o conceito de aeromecanização, a força terrestre é organizada para combater no “espaço de batalha”, com todo o equipamento adaptado para este efeito, procurando explorar as potencialidades da terceira dimensão. Os helicópteros de ataque emergem como arma principal, integrados sob o mesmo sistema de comando e de controle e empregados de acordo com a doutrina das forças terrestres.

O termo aeromecanizado passou a ser entendido como força com mobilidade aérea e capacidade de mecanização terrestre, embora limitada. Com a aeromecanização visa-se obter maior profundidade e velocidade para decidir o combate através da rápida concentração de forças num determinado local, o que é possível através do domínio da terceira dimensão por helicópteros de ataque fortemente armados e dotados de sensores de elevada capacidade para “ler”, em tempo real, a situação no campo de batalha.

Estas possibilidades dos helicópteros de ataque e a sua versatilidade de emprego não podem, no entanto, fazer esquecer que eles não são nem carros de combate

Num ambiente internacional que exige cada vez maior coordenação e integração dos seus elementos, a modernização das Forças Armadas Portuguesas e a rentabilização dos meios atribuídos a cada uma das suas componentes para melhor cumprirem as missões que lhes cabem no âmbito da defesa do território nacional e das resultantes dos compromissos internacionais do Estado, devem ter em conta as experiências dos nossos aliados para racionalizarem o emprego dos seus meios.

nem aviões de ataque ao solo. Por isso as forças armadas alemãs, grandes especialistas no emprego de CC, ao criarem, em 1997, a 1ª Brigada Aeromecanizada no seu Exército, para estudo deste novo conceito, em que o helicóptero de ataque será a principal arma, não abdicou nem das unidades blindadas na sua componente terrestre, nem dos seus aviões de apoio na sua componente aérea, nem transferiu missões de uma para a outra. Não o fez porque, embora esta nova unidade deva ter capacidade para conduzir operações de forma independente, pois se julga que a aeromecanização é a melhor resposta à fluidez do moderno campo de batalha, permitindo colocar forças e fogos em determinado ponto com rapidez e em profundidade; ela não dispensa nem o poder de choque dos carros de combate, nem o CAS a ser proporcionado por aviões da Força Aérea.

A relação entre CAS e acções de helicópteros de ataque está, aliás, perfeitamente definida na doutrina NATO através do ATP 49 (C), onde se estabelece que o CAS e os helicópteros de ataque se complementam e, porque se trata de uma típica acção de Apoio de Fogos, o CAS deve ser coordenado (e não confundido) com a manobra dos helicópteros de ataque.

A plena integração das Forças Armadas Portuguesas, nas alianças e estruturas de defesa e cooperação

internacional, torna indispensável uma harmonização de doutrinas com os restantes parceiros, por isso o Exército Português, tal como outros exércitos da NATO, considera as unidades de helicópteros como forças de manobra terrestre que só integradas nela rentabilizam as suas capacidades. A crescente importância dos helicópteros nos novos cenários, nomeadamente a dos helicópteros de ataque para a resolução dos conflitos de intensidade variável que neles têm lugar, é demonstrada pelo facto de em 1990 os EUA serem o único país da NATO a operar com helicópteros de ataque (Exército e Corpo de *Marines*) e de, hoje, oito países europeus ou já os terem, ou prepararem-se para os receber nos seus exércitos, enquanto a Noruega, Espanha e Suécia manifestaram a intenção de os adquirir.

Num ambiente internacional que exige cada vez maior coordenação e integração dos seus elementos, a modernização das Forças Armadas Portuguesas e a rentabilização dos meios atribuídos a cada uma das suas componentes para melhor cumprirem as missões que lhes cabem no âmbito da defesa do território nacional e das resultantes dos compromissos internacionais do Estado, devem ter em conta as experiências dos nossos aliados para racionalizarem o emprego dos seus meios. A indispensável compatibilização de doutrinas entre forças pertencentes às mesmas alianças políticas e militares, para favorecer a interoperabilidade em acções combinadas, passa também pela mesma divisão de tarefas, e esta implica a atribuição a cada ramo das forças dos vários países dos mesmos meios para o cumprimento das suas missões.

Parece pois natural que a futura evolução dos meios do Exército Português preveja a atribuição de helicópteros de ataque. Tal será mais um passo para o colocar a par dos seus homólogos e deverá ser concretizado logo que seja possível concentrar e disponibilizar os elevados recursos financeiros necessários para os efeitos. **MR**

Referências

1. FM 1-100, *Army Aviation Operations* (Operações da Aviação do Exército)
2. ATP-49 (A) *Emprego de Helicópteros em Operações Terrestres*.
3. *The Influence of Attack Helicopters on the 21st Century Battlefield* de Dieter Budde.
4. *Ataque Aeromecanizado* de Charles Jarnot.

O Tenente-Coronel de Artilharia Manuel V. Ramos Veloso está colocado no Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE), em Tancos. Cursou a Academia Militar em 1977. De abril de 1995 a março de 2000 fez parte do Grupo de Trabalho para o levantamento da Unidade de Aviação do Exército. Foi vogal da Comissão para Aquisição de Helicópteros Ligeiros para o Exército.